

Coerência.pt

NOTÍCIAS

DEZEMBRO DE 2016 :: Nº00

COERÊNCIA.PT: O EIXO DO DESENVOLVIMENTO MAIS JUSTO, MAIS DIGNO, MAIS SUSTENTÁVEL

Garantir um mundo mais justo, mais digno e sustentável é mais do que nunca uma exigência da comunidade internacional e nacional. Na última década temos assistido a uma afirmação legislativa cada vez mais evidente na prossecução de objetivos de desenvolvimento sustentáveis alicerçados numa agenda de Direitos Humanos.

A União Europeia e os seus Estados-Membros estão cada vez mais empenhados em garantir que as medidas legislativas que adotam não são contraditórias com os esforços de Desenvolvimento da erradicação da pobreza e do garante da segurança. A longa tradição da UE ao nível das políticas de desenvolvimento e o empenho na realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio das Nações Unidas e agora dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável permitiu-lhe estabelecer parcerias não só com as Nações Unidas, mas também com outras Organizações Internacionais. E é no quadro geral do desenvolvimento que se torna evidente a necessidade de a UE adotar políticas coerentes.

A Coerência das Políticas para o Desenvolvimento (CPD), consagrada pelo tratado de Lisboa, é sem dúvida o maior passo que a UE e os seus Estados-Membros podem dar na concretização do Desenvolvimento Humano Sustentável.

Nesta linha de pensamento, o presente projeto, dinamizado pela [FEC - Fundação Fé e Cooperação](#), [IMVF – Instituto Marquês de Valle Flôr](#) e [CIDSE - Coopération Internationale pour le Développement et la Solidarite](#) irá consciencializar e desenvolver o entendimento crítico das interdependências gloais e reforçar o valor da CPD como eixo-central do Desenvolvimento Sustentável rumo a uma Vida Digna para todos e todas, junto de decisores políticos, técnicos ministeriais/funcionários públicos, redes de agentes locais, ONGDs, estudantes e público em geral, em suma junto dos principais Atores do Desenvolvimento. Assim, o presente projeto contribuirá para alicerçar as políticas de Desenvolvimento na sociedade, por um lado através do conhecimento e aplicação dos mecanismos estabelecidos na CPD e, por outro, pela mobilização da opinião pública para a luta contra a pobreza através de ações concertadas, coerentes e eficazes

A nossa ação

Ao longo de 24 meses iremos promover um conjunto de atividades que nos permita consciencializar e desenvolver o entendimento crítico das interdependências gloais e reforçar o valor da coerência das políticas de desenvolvimento como eixo-central do Desenvolvimento Sustentável rumo a uma Vida Digna para todos e todas, junto de decisores políticos, técnicos ministeriais/funcionários públicos, redes de agentes locais, ONGD, estudantes e público em geral, em suma junto dos principais atores do desenvolvimento

Da Pesquisa ao Conhecimento e Capacitação; da Mobilização à Ação vamos ser um apoio a todos os atores de desenvolvimento que estejam empenhados em promover o Desenvolvimento Sustentável. Conjuntamente com a rede de agentes locais iremos lançar novas bases de investigação, elaboração e partilha de estudos de caso sobre a CPD. Mas porque queremos a participação de todos/as iremos lançar uma linha verde de CPD, disseminar um Guia para a Ação Cidadã, promover debates e encontros setoriais. Contamos consigo!

FICHA TÉCNICA

Equipa:: FEC - www.fecongdo.org :: IMVF - www.imvf.org :: CIDSE - www.cidse.org/

Financiador :: Camões - Instituto da Cooperação e da Língua - www.instituto-camoes.pt

Esta publicação foi produzida com o financiamento do Camões – ICL. O seu conteúdo é da exclusiva responsabilidade da FEC e do IMVF e não pode, em caso algum, ser tomado como a expressão das posições do financiador.

Porque defendemos a igualdade de género como um valor intrínseco aos Direitos Humanos onde se lê "o" deve também ler-se "a" sempre que aplicável, de forma a garantir o respeito pela igualdade de género também na escrita.



“-CP QUÊ?”

-CPD: COERÊNCIA DAS POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO (SUSTENTÁVEL)!

Mas o que é a Coerência das Políticas para o Desenvolvimento? Para a União Europeia assegurar a coerência das políticas para o Desenvolvimento é “integrar os objetivos do desenvolvimento em todas as políticas que possam afetar os Países em Desenvolvimento e, assim, minimizar contradições e gerar sinergias entre diferentes políticas europeias, de modo a beneficiar esses países e melhorar a eficácia da cooperação para o desenvolvimento”. A OCDE afirma que a “CPD significa assegurar que os objetivos e resultados das políticas de desenvolvimento de determinado governo não são prejudicados por outras políticas do mesmo que impactem diretamente nos Países em Desenvolvimento e que essas outras políticas suportem os próprios objetivos de desenvolvimento sempre que possível”. Para nós, equipa do projeto, a CPD é um instrumento que garante que as políticas de desenvolvimento não são minadas por outras políticas e que ponham assim em causa a prioridade global de erradicação da pobreza. Como defendido pela Fair Politics “não se pode dar com uma mão e tirar o que se dá com a outra”.

É simples, certo? Mas então porque continuamos a detetar políticas que são incoerentes com os esforços de Desenvolvimento? Por um lado porque a União Europeia e os seus Estados-membros continuam a dar primazia às políticas comerciais e económicas em nome do que consideram ser uma prioridade para os seus cidadãos, por outra porque muitas das vezes não existe uma articulação entre as políticas.

Em Portugal, e apesar da lei sobre a mesma, a 4 de novembro de 2010, que "reconhece que a coerência das políticas para o desenvolvimento é um instrumento essencial para a promoção dos objetivos da política externa portuguesa" e da afirmação da CPD como prioridade na visão da cooperação portuguesa o país deve “reforçar a análise e o acompanhamento da forma como as suas políticas se refletem nos países em desenvolvimento. Tal permitirá melhor identificar e resolver incoerências nas políticas e investir nas políticas que podem apoiar o desenvolvimento. (principais resultados e recomendações do CAD exame pelos pares da OCDE e à Cooperação para o Desenvolvimento – Portugal 2016)

Acreditamos que quantas mais vozes se juntarem na promoção de políticas mais justas e coerentes, maiores serão os esforços empreendidos para garantir uma maior coordenação e complementaridade entre políticas.

ÁREAS PRIORITÁRIAS

Segurança e soberania alimentar: Na UE temos assistido a um reforço das temáticas para equilibrar o consumo e o desperdício, alertando cada vez mais os cidadãos e as indústrias para o desperdício alimentar, mas a nível dos PED a situação é dramática com milhões de pessoas a não verem garantidas as condições mínimas para assegurar a sua segurança e soberania alimentar.

Migrações: Como responder às repercussões da migração internacional sobre o desenvolvimento? Quais as medidas que se estão a adotar para reforço das parcerias e da cooperação no domínio das migrações internacionais, meios de integrar com eficácia a questão da migração nas políticas de desenvolvimento e promoção da coerência a todos os níveis?

Alterações Climáticas: Só o pleno respeito pelos Bens Comuns Globais permitirá uma conversão da contínua degradação ambiental a que assistimos. Para tal, temos de repensar a nossa pegada ecológica e alterar os nossos padrões de consumo. Podem ser adotadas medidas ambientais sem haver a respetiva coerência com as medidas comerciais? Com as regras de consumo? Qual o impacto entre os Biocombustíveis e a Segurança Alimentar?

Segurança: Dar uma resposta concreta à raiz dos problemas, evidenciadas as causas da pobreza como uma das principais causas de conflito, dar respostas sustentáveis para apoiar as políticas de eliminação da pobreza deve ser uma preocupação da UE quando define a agenda de segurança externa. Tem a UE uma verdadeira política coerente neste setor? Onde se encaixa a venda de armamento dos Estados-membros nas preocupações de paz mundial? São algumas das questões que procuraremos refletir e abordar.

Comércio e Finanças: Como estabelecer o equilíbrio entre as práticas comerciais europeias e os acordos europeus, como a Ajuda ao Comércio? Tudo menos Armas e as reais necessidades das dinâmicas comerciais locais? Como garantir um efetivo controlo pelo respeito da legislação já existente? Como podemos garantir que os cidadãos europeus e o próprio setor agrícola europeu compreendem os impactos do protecionismos na eliminação da pobreza global?